



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA  
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

# CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA CIDASC 2018

**Aprovação**

Conselho de Administração: 28/06/2018

---

Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi - Florianópolis - SC  
CEP 88034-001 - C.P. 256 - Fone: (48) 3665-7000 - FAX: (48) 3665-7091  
CNPJ nº 83.807.586/0001-28 - Inscrição Estadual nº 250.709.694  
[www.cidasc.sc.gov.br](http://www.cidasc.sc.gov.br) - E-mail: [seger@cidasc.sc.gov.br](mailto:seger@cidasc.sc.gov.br)





## 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Carta Anual de Governança Corporativa é instrumento emitido anualmente e subscrita pelo Conselho de Administração da Cidasc, com o fim específico de divulgação atualizada das atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco dos dados econômico-financeiros, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração da CIDASC, conforme definido na Lei nº 13.303/2016.

Conforme define o Artigo 8º da Lei nº 13.303/2016, a Carta Anual de Governança Corporativa deverá ter sua publicação na internet de forma permanente.

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc, fundada em 27 de novembro de 1979, é empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina.

O atendimento à população é realizado de forma descentralizada através de sua estrutura organizacional, que consiste em: Administração Central em Florianópolis, Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, 19 Departamentos Regionais, 63 Postos de Fiscalização de Trânsito, 2 Laboratórios em todo o Estado de Santa Catarina.

## 2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atribuições da Cidasc, definidas pela Lei Complementar nº 381, 07 de maio de 2007 e alteradas pela LC nº 534/11, em resumo, são prestações de serviço, relacionadas a:

- a) Executar os serviços de defesa sanitária animal;
- b) Executar os serviços de defesa sanitária vegetal;
- c) Assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual – SIE
- d) Promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal;
- e) Promover e executar os serviços de classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;
- f) Prestar serviços laboratoriais em apoio à fiscalização da produção agropecuária;
- g) Desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul.

Em decorrência dessas atribuições, as receitas previstas para o exercício de 2018 estão abaixo elencadas:

Natureza da Receita	Valores previstos (LOA 2018)	Fonte
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Animal	R\$ 2.204.888,00	219
Outras Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	R\$ 35.427,00	260
Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Não Vinc.	R\$ 14.054,00	280
Remuneração de Outros Depósitos Rec. Vinc.	R\$ 221.211,00	285
Serviços de Armazenagem	R\$ 50.921.350,00	240
Outros Serviços Administrativos e Comerciais	R\$ 602.543,00	240



Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	R\$	398.542,00	240
Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal	R\$	105.413,00	240
Serviços de Fiscalização de Insumos, Sementes e Agrotóxicos	R\$	54.528,00	240
Defesa Sanitária Vegetal	R\$	2.409.974,00	240
Defesa Sanitária Animal	R\$	1.516.308,00	240
Multas por Auto de Infração	R\$	74.187,00	269
Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores	R\$	533.194,00	240
Dívida Ativa de Outras Receitas	R\$	36.160,00	269
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	R\$	497.440,00	298
Alienação de Bens Imóveis	R\$	732.279,00	298
<b>TOTAL</b>	<b>R\$</b>	<b>60.357.498,00</b>	

### 3. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Os controles internos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC - CIDASC estão caracterizados pelos seus sistemas internos informatizados e emitidos através de relatórios, bem como demais controles manuais padrão, que são utilizados por todo corpo funcional da empresa.

Sua estrutura está consolidada através de mecanismo informatizado, os quais são alimentados de forma contínua pelos diversos departamentos e unidades, de forma a constituir relatórios para verificação e consultas necessários, bem como para correções necessárias.

Referidos controles internos são definidos pela empresa como controles técnicos, administrativos e financeiros.

Controles Técnicos: são todos os sistemas e ações voltadas às atividades fins da Empresa, utilizados pelos Departamentos Técnicos para mensurar os trabalhos e consolidação das metas previstas em seus planos de trabalho pré-estabelecidos.

Controles Administrativos: caracterizado pelos sistemas implementados pela Empresa para controles dos seus processos administrativos, inclui assim dentre eles, veículos, gestão de pessoas, folha de pagamento, avaliações pessoais, patrimônios e contratos com fornecedores e terceiros.

Controles Financeiros: constituído de sistemas informatizado de controle adotado no Departamento Estadual de Gestão Econômico Financeiro, incluindo os sistemas de contas a receber, contar a pagar, fluxo de caixa e contabilidade, tanto comercial como pública.

Seu Gerenciamento de Risco caracteriza-se pela ação conjunta de todos os colaboradores da empresa, em todos os seus níveis, de forma contínua e cumulativa, seja nas atividades meio como nas atividades fins, identificando eventos em potencial e na sua administração de acordo com a necessidade.

Através de sua Auditoria Interna, prevista no seu Estatuto Social, Regimento Interno e assim conforme o Manual de Auditoria, está possui as atribuições legais e normativas, realizando auditagens junto aos diversos departamentos e segmentos da empresa para verificação das



ocorrências e recomendações necessárias para correções de seus controles internos e inconformidades necessárias. Seus Trabalhos são previamente planejados através de PAAI. (Plano Anual de Auditoria Interna) e aprovado pela Presidência da Empresa.

#### 4. FATORES DE RISCO

No tocante a fatores de risco relacionados ao negócio da empresa, estes são elencados na análise ambiental, podendo-se citar:

- a) Legislação desatualizada não acompanha as mudanças no setor da defesa agropecuária;
- b) Constante ameaça de entrada de animais infectados com doenças e vegetais com pragas;
- c) A falta de compreensão dos produtores rurais frente a atuação de fiscalização da Cidasc;
- d) Risco de alteração de status sanitário por determinação dos organismos internacionais por entender que não há estrutura adequada de controle pela Cidasc;
- e) Número de profissionais insuficiente para atender à demanda dos serviços;
- f) Falta de segurança nos postos de fiscalização (barreiras) devido a estarem localizados em regiões ermas;
- g) Alto índice de passivo trabalhista;
- h) Necessidade de regularização documental e altos investimentos no terminal graneleiro;
- i) Dependência econômica do tesouro e da arrecadação incerta do terminal graneleiro.

#### 5. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO

Com relação ao atingimento das metas empresariais constantes no Plano de Negócios da Cidasc, no ano de 2017, tem-se os seguintes dados:

440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A Objeto de Execução / Produto e Unidade de Medida / Período Início	Meta Física 2017			Meta Financeira 2017		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Movimentação de graneis no terminal graneleiro de são francisco do sul (Granel movimentado_tonelada mil)	5.000	6.501	130,0	8.909.563	16.982.378	190,6
Locação de estande no Simpósio da Suinocultura em Chapecó (Projeto apoiado_unidade)	1	1	100,0	15.000	15.000	100,0
Cursos e treinamentos do corpo técnico e administrativo da CIDASC (Servidor capacitado_unidade)	0	0	0,0	630.000	0	0,0
Fiscalização nos estabelecimentos sob inspeção permanente e periódica (Estabelecimento inspecionado_unidade)	1.000	1.905	190,5	1.123.999	489.839	43,6
Análises de amostras laboratoriais (Amostra analisada_unidade) -	25.000	4.630	18,5	272.451	29.398	10,8



Informatização dos 4 POPS da inspeção, inclusão do programa novilho precoce no Sigen+ (Projeto apoiado_unidade)	1	1	100,0	140.000	140.000	100,0
Realização de impressão de material para o Projeto Sanitarista Junior (Projeto apoiado_unidade) -	0	0	0,0	48.000	0	0,0
Fiscalização do comércio de agrotóxicos, sementes e mudas (Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas_unidade)	1.750	2.996	171,2	555.567	13.388	2,4
Classificação de produtos de origem vegetal (Produto agrícola classificado_tonelada)	1.000.000	950.946	95,1	436.459	290.237	66,5
Participar da Exposuper 2017 - CIDASC (Projeto apoiado_unidade)	1	1	100,0	10.000	10.000	100,0
Coleta de amostra de orgânicos no agricultor e no comércio (Amostra analisada_unidade)	150	135	90,0	174.000	135.704	78,0
Realização da 7 Feira do Agronegócio e Agricultura Familiar (Projeto apoiado_unidade)	1	1	100,0	90.000	90.000	100,0
Fiscalização de propriedades rurais (Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas_unidade)	13.000	13.053	100,4	7.061.731	4.492.635	63,6
Produção de material de divulgação relatio ao Programa e-Origens da CIDASC (Projeto apoiado_unidade)	0	0	0,0	10.000	0	0,0
Capacitação de agricultores em classificação vegetal e boas práticas agrícolas (Produtor beneficiado_unidade)	300	319	106,3	103.000	102.867	99,9
Capacitação e treinamento de empregados (Curso realizado_unidade)	10	11	110,0	150.000	158.263	105,5
Contratação de laboratório de serviços em análises de agrotóxicos. (Serviço contratado_unidade)	1	0	0,0	50.000	0	0,0
Fiscalização de unidades de produção, consolidação, comércio e barreiras (Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas_unidade)	1.550	1.669	107,7	1.529.902	748.963	49,0
Realização da inscrição de Med. Veterinários e Agrônomos da CIDASC na Interleite Sul (Projeto apoiado_unidade)	1	1	100,0	8.060	7.280	90,3
Realização de Inscrição no X Simpósio Brasil Sul de Suinocultura (Projeto apoiado_unidade)	1	0	30,0	15.500	3.850	24,8
<b>Total Geral</b>	<b>1.047.767</b>	<b>982.731</b>	<b>93,8</b>	<b>21.333.232</b>	<b>23.709.802</b>	<b>111,1</b>

Justificativas sobre o não atingimento das metas ou atingimento parcial/discrepante:

NOME E NÚMERO DO OBJETO DE EXECUÇÃO	OBSERVAÇÕES E ANÁLISE SOBRE A SUA EXECUÇÃO
OE 2016.01 - Fiscalização nos estabelecimentos sob inspeção permanente e periódica	Foi executado 190,5% da Meta Física prevista para 2017 e apenas 43,6% da Meta Financeira prevista. A previsão inicial de recursos da fonte 100 (tesouro) e da fonte 240 (própria) não se concretizaram devido necessidades de utilização desses recursos para demandas emergenciais de outras áreas, especialmente do Terminal Granelero (OE 2012.01). Houve utilização de recursos (R\$106 mil) de convênio com Ministério da Agricultura, que não estava na previsão inicial, desta forma, as metas físicas foram cumpridas com folga.
OE 2016.04 - Fiscalização do comércio de agrotóxicos, sementes e mudas	Foi executado 171,2% da Meta Física prevista para 2017 e apenas 2,4% da Meta Financeira prevista. Utilizou-se recursos compartilhados de outras subações correlatas para execução da meta física estabelecida.
OE 2016.03 - Fiscalização de unidades de produção, consolidação, comércio e barreiras	Foi executado 107,7% da Meta Física prevista para 2017 e apenas 49% da Meta Financeira prevista. Porém, considerando a fonte 100 (tesouro), a utilização do recurso previsto foi condizente com o previsto (94,33%). A previsão de recurso da fonte 240 (própria) é que foi executada abaixo do



	previsto (14,87%) devido às necessidades de utilização desse recurso para demandas emergenciais de outras áreas, especialmente do Terminal Graneleiro (OE 2012.01). Para o atingimento da meta física estipulada, foram priorizadas as ações da Defesa Sanitária Vegetal previamente acordadas no Programa SC Rural.
OEs não realizados da subação 11341 (2017.04, 2017.06 e 2017.11)	Referem-se a Descentralizações Orçamentárias da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca que não foram executados em tempo hábil no exercício de 2017.
OE 2016.16 - Cursos e treinamentos do corpo técnico e administrativo da CIDASC	Foram efetuadas capacitações, porém, não foram associadas a este OE e sim aos OEs das áreas finalísticas e/ou da subação administrativa.

## 6. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Cidasc possui em sua estrutura as seguintes práticas de governança corporativa descritas no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (5ª ed, 2015):

- ESTATUTO SOCIAL em que consta regras de funcionamento da assembleia, forma de convocação, número de conselheiros e diretores, mandato, eventual renovação e desligamento, qualificação técnica mínima exigida, avaliação de desempenho, adoção de regimento interno, adoção de código de conduta, regras de funcionamento do conselho fiscal;
- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO com número ímpar de membros e mandato de 2 anos, periodicidade mínima das reuniões prevista em Estatuto Social, elege e destitui diretores, fiscaliza gestão dos diretores monitora os negócios da empresa, contrata ou destitui auditores independentes, seus membros têm sua remuneração divulgada individualmente no Relatório de Gestão anual da empresa.

## 7. DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração da Diretoria e dos Conselheiros de administração são estipulados e tabelados pelo Governo do Estado, portanto, não seguem critérios desenvolvidos pela empresa. O normativo que regulamenta a remuneração da Diretoria Executiva, Resolução CPF nº22 de 2017, prevê que o valor da remuneração destes é fixado pelo Conselho de Política Financeira (CPF).

A remuneração paga aos administradores, nos dois últimos exercícios, está representada nas tabelas a seguir:

Cargo	Remuneração (A)	Bônus (B)	Participação no Lucro (C)	Exercício:	
				Outros (D)	2017 Despesa Total Anual (E)
Diretoria:	693.075	-	-	-	693.075
Presidente	144.300	-	-	-	-
Diretor (a) Administrativo e Financeiro	146.717	-	-	-	-
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	154.555	-	-	-	-



Cargo	Remuneração (A)	Bônus (B)	Participação no Lucro (C)	Exercício: 2017	
				Outros (D)	Despesa Total Anual (E)
Diretor (a) de Comercialização (jan)	16.223	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização (fev-dez)	113.680	-	-	-	-
Diretor (a) Institucional	117.600	-	-	-	-
Conselho Fiscal:	18.200	-	-	-	18.200
Conselheiro (a)	4.900	-	-	-	-
Conselheiro (a)	7.000	-	-	-	-
Conselheiro (a)	2.800	-	-	-	-
Conselheiro (a)	3.500	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>711.275</b>				<b>711.275</b>

Cargo	Remuneração (A)	Bônus (B)	Participação no Lucro (C)	Exercício: 2016	
				Outros (D)	Despesa Total Anual (E)
Diretoria:	799.234	-	-	-	799.234
Presidente	144.300	-	-	-	-
Diretor (a) Administrativo	127.400	-	-	-	-
Diretor (a) de Defesa Agropecuária (abr-dez)	85.873	-	-	-	-
Diretor (a) de Defesa Agropecuária (jan-abr)	55.103	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização (jan-jun)	49.327	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização (jun-dez)	86.527	-	-	-	-
Diretor (a) Institucional	127.400	-	-	-	-
Diretor de Planejamento (cargo extinto em 2016)	123.304	-	-	-	-
Conselho Fiscal:	25.200	-	-	-	25.200
Conselheiro (a)	8.400	-	-	-	-
Conselheiro (a)	8.400	-	-	-	-
Conselheiro (a)	8.400	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>824.434</b>				<b>824.434</b>

**NOTAS:** (A) Remuneração: Valor fixado em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976).

(B) Bônus: Benefícios de qualquer natureza definidos em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976).

(C) Participação no Lucro: Eventuais valores de participação nos lucros fixados em decorrência de previsão estatutária, destinado aos administradores, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art 152 e no 190 da Lei 6.404/1976)."Art. 152. A assembleia-geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas



**CIDASC**

responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. § 1º O estatuto da companhia que fixar o dividendo obrigatório em 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do lucro líquido, pode atribuir aos administradores participação no lucro da companhia, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores nem 0,1 (um décimo) dos lucros (artigo 190), prevalecendo o limite que for menor. § 2º Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório, de que trata o artigo 202."

(D) Outros: Demais pagamentos destinados a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, não enquadrados nos itens anteriores.

(E) Despesa Líquida Anual: Totalização do valor anual pago a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, (deduzido eventuais descontos e tributos retidos).